



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



XXVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2024

ANÁLISE DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES TRANS E TRAVESTIS SEGUNDO RAÇA/COR NAS REGIÕES BRASILEIRAS DE 2018 A 2022.

Marília Ferreira Conceição¹; Sheila Regina dos Santos Pereira²

1. Bolsista – Modalidade Bolsa/PIBIC, Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: mariliaferreira13@hotmail.com
2. Orientador, Departamento de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: srspereira@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra a mulher; Minorias sexuais e de gênero;
Fatores raciais.

INTRODUÇÃO

A imposição normativa da branquitude, do machismo e da heteronormatividade cisgênera como naturalizadas referências endossa o assujeitamento e a marginalização de minorias dissidentes, engendrando iniquidades (Almeida, et al., 2023). Sob esse viés, tal panorama se relaciona intrinsecamente à vivência de desqualificação das expressões das sexualidades e identidades da população trans e travestis que é constantemente marginalizada e sujeita a díspares tipos de violências (BRASIL, 2018; CNJ, 2022).

Acerca de tal ótica, segundo dados do dossiê divulgado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2023, houve 136 assassinatos de mulheres trans e travestis. O relatório revela ainda que a maioria das vítimas eram negras (pretos e pardos, 78,7%) e jovens (49,6%) que tinham entre 18 e 29 anos (Benevides, 2024) - dados que quando interseccionados refletem as consequências dos marcadores sociais que atravessam os corpos de mulheres trans e travestis como a raça, a classe e a identidade de gênero. Vale ressaltar que esses números tendem a ser substancialmente mais brutais dado a quantidade de casos que não são apreciados nas pesquisas ou que quando aparecem podem estar subestimados (Lôndero; Reis; Mewes, 2024).

Assim, diante da conjuntura sobremodo arraigada a uma estrutura colonial que determina uma produção hegemônica de base cisgênera, heteronormativa e branca (BENTO, 2017), o que reflete na ausência de dados a respeito dessa problemática, o presente estudo objetiva analisar os tipos de violência cometidos contra mulheres trans e travestis segundo raça/cor nas regiões brasileiras nos anos de 2018 a 2022. Ademais, o estudo apresenta o perfil sociodemográfico das vítimas, verifica os fatores associados às taxas de violência física entre mulheres trans e travestis, além de traçar o perfil e a relação da vítima com o agressor.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Trata-se de estudo de corte transversal, de caráter exploratório, desenvolvido com dados secundários extraídos das bases de dados do Sistema de informação de Agravos e Notificação (SINAN/DATASUS) nos anos de 2018 a 2022. Utilizou-se a análise de estatística exploratória com o objetivo de conhecer o perfil das mulheres trans e travestis, os tipos de violência, os meios e o local da agressão e algumas características do possível agressor. Ademais, utilizou-se os Modelos de Regressão Logística para analisar os fatores associados à ocorrência de violência física em mulheres transsexuais e travestis em função das características da vítima e do possível autor da agressão. Os dados foram sistematizados através e analisados pelo software Statistical Package for the Social Science (SPSS), versão 22.0. Por se tratar de um estudo com base em dados secundários, não foi necessário submeter à apreciação ética em consonância com o estabelecido nas resoluções nº 466 de 12 de dezembro de 2012 e nº 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. (Brasil, 2012 e Brasil, 2016).

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

Ao longo dos anos de 2018 a 2022, o SINAN registrou 19.075 casos de mulheres trans e travestis que sofreram algum tipo de violência. Observou-se um aumento de 34,8% nos casos de violência de 2018 comparado com 2022. No território brasileiro, referente ao perfil sociodemográfico das vítimas, destacou-se a faixa etária de 20 a 29 anos (32,4%), de raça/cor parda (48,0%), solteiras (61,2%) e com ensino médio (33,8%). Tais dados corroboram estudos anteriores ao ressaltar que, majoritariamente, as mulheres trans e travestis vítimas de violência são jovens, negras e com baixa escolaridade (Fernandes et al., 2022; Pinto et al., 2020).

Parcela substancial dos casos foram registrados na região Sudeste (51,5%). Entre as mulheres trans e travestis que sofreram algum tipo de violência, salienta-se como tipos mais frequentes a violência física (65,4%), psicológica/moral (24,3%) e sexual (9,8%), dados que estão em sinergia com estudos anteriores (Pinto et al., 2020). Nesse sentido, há uma associação estatisticamente significativa entre os tipos de violência mais comuns e a raça/cor das vítimas ($p\text{-valor} < 0,00$). Entre as mulheres trans e travestis negras, 68,6% e 11,2% sofreram violências físicas e sexuais, respectivamente, já entre as brancas os percentuais foram de 61,6% e 8,3%, respectivamente. Essas evidências constituem-se enquanto um reflexo do somatório de opressões que afetam os corpos de tais sujeitos, no que diz respeito aos atravessamentos de gênero e de raça (Collins e Bilge, 2021). Em relação ao perfil do agressor, 64,3% do provável autor da violência era do sexo masculino, como também demonstrado em estudos internacionais. (Dueñas et al., 2021; Swan et al., 2021). Essa lógica se relaciona intrinsecamente à perpetuação hegemônica do machismo cristalizado socialmente. E quanto ao ciclo de vida do principal provável autor da violência destaca-se pessoa adulta (59,7%), seguido de jovem (20,6%). No que diz respeito à relação da vítima com o agressor, 24,9% das violações foram perpetradas por parceiros íntimos, seguido de 5,7% por figuras maternas ou paternas. A junção de outros agressores soma-se em 12,5%.

Quanto aos fatores associados à violência, destaca-se que as mulheres trans e travestis negras têm 1,19 (OR=1,19; IC95%: 1,10; 1,29) vezes mais chances de sofrer violência física quando comparadas com as mulheres brancas. A cada aumento de 1 ano na idade (OR=1,02; IC95%: 1,02; 1,03) aumenta a 2,0% a chance de sofrer violência. Ter ensino

fundamental (OR=1,63; IC95%: 1,43; 1,87) ou ensino médio (OR=1,50; IC95%: 1,32; 1,72) aumenta a chance de ser vítima de violência física em 63,0% e 50,0%, respectivamente. Ser casada ou ter união estável aumenta em 43% (OR=1,43; IC95%: 1,20; 1,50) a chance de a mulher trans e travesti sofrer violência. E no que diz respeito à violência física, a chance de a mulher sofrê-la pelo parceiro íntimo é 4,56 (OR=4,56; IC95%: 4,07; 5,10) vezes maior quando comparados com outros grupos.

Tabela 1. Perfil Sociodemográfico das mulheres trans e travestis vítimas de violência, segundo regiões, 2018-2022.

Variáveis	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Faixa Etária												
10 a 19 anos	432	35,2%	964	28,2%	2042	20,8%	799	27,1%	442	26,9%	4679	24,5%
20 a 29 anos	375	30,6%	1055	30,8%	3313	33,7%	891	30,2%	546	33,2%	6180	32,4%
30 a 39 anos	239	19,5%	693	20,2%	2238	22,8%	577	19,6%	313	19,0%	4060	21,3%
40 a 49 anos	104	8,5%	352	10,3%	1256	12,8%	382	12,9%	190	11,6%	2284	12,0%
50 a 59 anos	39	3,2%	181	5,3%	535	5,4%	176	6,0%	85	5,2%	1016	5,3%
60 anos ou mais	37	3,0%	179	5,2%	446	4,5%	125	4,2%	69	4,2%	856	4,5%
Raça/Cor												
Branca	136	11,1%	507	14,8%	4361	44,4%	2221	75,3%	437	26,6%	7662	40,2%
Preta	88	7,2%	343	10,0%	1297	13,2%	194	6,6%	158	9,6%	2080	10,9%
Amarela	16	1,3%	27	0,8%	88	0,9%	22	0,7%	30	1,8%	183	1,0%
Parda	986	80,4%	2547	74,4%	4084	41,5%	513	17,4%	1020	62,0%	9150	48,0%
Indígena	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ignorado	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Situação conjugal												
Solteiro	782	67,3%	2047	64,2%	5342	59,3%	1656	60,9%	930	61,6%	10757	61,2%
Casado/ União consensual	344	29,6%	971	30,4%	3189	35,4%	895	32,9%	510	33,8%	5909	33,6%
Viúvo	5	0,4%	51	1,6%	106	1,2%	39	1,4%	18	1,2%	219	1,2%
Separado	31	2,7%	121	3,8%	369	4,1%	130	4,8%	52	3,4%	703	4,0%
Não se aplica	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ignorado	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Escolaridade em grupos												
Ensino Fundamental I	435	46,5%	1090	49,0%	2663	37,9%	1115	50,0%	547	45,9%	5850	43,0%
Ensino médio	415	44,3%	946	42,5%	3636	51,7%	934	41,8%	509	42,7%	6440	47,3%
Ensino Superior	86	9,2%	190	8,5%	728	10,4%	183	8,2%	137	11,5%	1324	9,7%
Ignorado	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como contribuição social desse estudo está a discussão acerca dos alarmantes dados da violência contra mulheres trans e travestis segundo raça/cor pautada na análise dos registros de notificações, com o fito de aumentar a conscientização e a visibilidade sobre esse grave impasse social. Esta alteração se faz premente tendo em vista que, arraigados a estrutura colonial e ao universalismo científico, as produções acadêmicas hegemônicas pouco evidenciam essa problemática nas pesquisas. Além disso, acrescenta-se que é fundamental que os governos assumam o compromisso de engendrar políticas de prevenção, de enfrentamento e de responsabilização, levando em conta as interseções entre a raça/cor e a identidade de gênero, compreendendo as evidências de que as mulheres trans e travestis negras, jovens, com baixa escolaridade e solteiras constam sobrerrepresentadas nos índices sobre violência. Tal ação poderá garantir que os componentes desse grupo social sejam protegidos contra as agressões e tenham acesso a serviços e recursos que garantam as suas dignas existências.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M. de, ALVES, M. E. M., BASTOS, R. R., SILVA, P. B. da, NASCIMENTO, L. S. do, & SILVA, É. Q. (2023). Formas de vulnerabilidade de

pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil. *Revista Bioética*, 31, e3470PT.
<https://doi.org/10.1590/1983-803420233470PT>

BENTO, B. (2017). *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. EDUFBA.

BRASIL. (2018). *Violência LGTBfóbicas no Brasil: dados da violência*. Elaborado por M. V. Moura Silva. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos.

BRASIL, C. N. de S. (2012). Resolução No 466.
https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/06_jun_14_publicada_resolucao.html

BRASIL. (2016). *Resolução no 510, de 7 de abril de 2016*.

BUTLER, J. (2003). *Problemas de gênero*. Editora Civilização Brasileira.

COLLINS, P. H., & BILGE, S. (2021). *Interseccionalidade* (R. Souza, Trad.). 1. ed. Boitempo.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). (2022). *Discriminação e violência contra a população LGBTQIA+: relatório de pesquisa*. Brasília: CNJ.
<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-pesquisa-discriminacao-e-violencia-contra-lgbtqia.pdf>

DUEÑAS, J.-M., et al. (2021). Identifying violence against the LGTBI+ community in Catalan universities. *Life Sciences, Society and Policy*, 17(1), 3.

FERNANDES, H., et al. (2022). Violência interpessoal contra homossexuais, bissexuais e transgêneros. *Acta Paul. Enferm.* (Online), eAPE01486.

LÔNDERO, M. C., REIS, A. G., & MEWES, E. E. F. (2024). Violência contra pessoas trans no Brasil: Como romper com o “cis-tema”? *Perspectivas Sociais*, 10(01), 199–221.

PINTO, I. V., et al. (2020). Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23, e200006.SUPL.1.

SWAN, L. E. T., et al. (2021). Discrimination and intimate partner violence victimization and perpetration among a convenience sample of LGBT individuals in Latin America. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(15–16), NP8520–NP8537.